

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 41/2022-PGJ, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.**

Altera a Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8 de setembro de 2021.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 7º, V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º O *caput* do art. 1º da Resolução nº 38/2021-PGJ, de 8 de setembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º No âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), o plantão no feriado forense funcionará ininterruptamente do dia 20 dezembro ao dia 6 de janeiro, inclusive aos domingos, nos dias de festa nacional e ainda nos que forem especialmente decretados, para atender aos casos urgentes que reclamem intervenção ou apoio imediatos." (NR)

Art. 2º O art. 3º da Resolução nº 38/2021-PGJ passa a vigorar acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

"Art. 3º (...)
(...)
III – (...);
IV – Analistas." (NR)

Art. 3º O art. 6º da Resolução nº 38/2021-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O plantão da Ouvidoria do MPMS será cumprido pelo Ouvidor do MPMS ou membro designado pelo Procurador-Geral de Justiça, além de servidor com atuação no referido órgão, mediante sorteio, devendo haver publicação dos plantonistas designados até o dia 30 de outubro do ano em curso." (NR)

Art. 4º O *caput* e o § 3º do art. 14 da Resolução nº 38/2021-PGJ passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. A escala de plantão dos servidores na comarca de Campo Grande conterà, para cada dia de plantão e para cada Promotor de Justiça plantonista, 2 (dois) assessores jurídicos, sendo um deles aquele diretamente subordinado ao membro, e 1 (um) Técnico I ou II, podendo contar com o auxiliar motorista.
(...)

§ 3º Em não havendo servidores voluntários, na forma do § 2º, serão indicados, até o dia 30 de outubro do ano em curso, os mais modernos, definidos pela data de sua posse e, no caso de igual tempo de serviço, será indicado o mais novo de idade, hipótese em que o servidor escalado para o plantão não será designado no ano subsequente, exceto por expresso interesse." (NR)

Art. 5º O art. 16 da Resolução nº 38/2021-PGJ passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 16. (...)
Parágrafo único. Mesmo em caso de plantão regionalizado, nas comarcas em que o Ministério Público tiver prédio próprio, haverá escala de plantão de servidores da respectiva comarca para o feriado forense, de modo a não prejudicar os serviços." (NR)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande-MS, 14 de setembro de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4646/2022-PGJ, DE 16.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 32ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Daniella Costa da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 76ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 23.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4645/2022-PGJ, DE 16.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 19ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Livia Carla Guadanhim Bariani, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 20ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 16 e 20.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos; e tornar sem efeito a Portaria nº 4542/2022-PGJ, de 12.9.2022, que designou o Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4621/2022-PGJ, DE 14.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4374/2022-PGJ, de 31.8.2022, que suspendeu no dia 21.9.2022 as férias remanescentes da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo concedidas por meio da Portaria nº e-922/2022-PGJ, de 28.7.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4647/2022-PGJ, DE 16.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Jardim, Lia Paim Lima, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no dia 13.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4648/2022-PGJ, DE 16.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 4ª Promotora de Justiça de Naviraí, Juliana Martins Zaupa, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 15 e 16.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4649/2022-PGJ, DE 16.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro 5 (cinco) dias de compensação no período de 12 a 16.9.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 31.1 a 7.2, 7 a 14.2 e 18 a 25.4.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015; e tornar sem efeito a Portaria nº 3902/2022-PGJ, de 2.8.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4651/2022-PGJ, DE 16.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa 2 (dois) dias de férias compensatórias, nos dias 23 e 24.2.2023, referentes aos feriados forenses de 20.12.2005 a 6.1.2006 e 20.12.2017 a 6.1.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4652/2022-PGJ, DE 16.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada 2 (dois) dias de compensação nos dias 9 e 10.11.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 11 a 14.6.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4653/2022-PGJ, DE 16.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior 2 (dois) dias de compensação nos dias 13 e 14.10.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 6 a 13.4 e 4 a 11.5.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4655/2022-PGJ, DE 16.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti 1 (um) dia de compensação no dia 23.9.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 3 a 10.5.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4656/2022-PGJ, DE 16.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan 8 (oito) dias de licença por luto, no período de 10 a 17.9.2022, em razão do falecimento de seu genitor, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4657/2022-PGJ, DE 16.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Naviraí, Daniel Pivaro Stadniky, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Itaquiraí no dia 13.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4658/2022-PGJ, DE 16.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Inocência, no julgamento dos Autos nº 0000584-22.2018.8.12.0036, no dia 4.10.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4659/2022-PGJ, DE 16.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Paulo Henrique Mendonça de Freitas, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Aparecida do Taboado no dia 20.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4660/2022-PGJ, DE 19.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0000104-84.2021.8.12.0021, em trâmite na 1ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4661/2022-PGJ, DE 19.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 15º Promotor de Justiça de Campo Grande, Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0018950-78.2022.8.12.0001, em trâmite na 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4662/2022-PGJ, DE 19.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 11ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Grazia Strobel da Silva Gaifatto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0018950-78.2022.8.12.0001 em trâmite na 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, no período de 11 a 15.7.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4663/2022-PGJ, DE 19.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 63º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos Autos nº 0028282-06.2021.8.12.0001, em trâmite na 6ª Vara Criminal Residual da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4664/2022-PGJ, DE 19.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 43º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0821486-63.2021.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara Cível da referida Comarca, no dia 20.9.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4667/2022-PGJ, DE 19.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2017/2022, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00009188-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4668/2022-PGJ, DE 19.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referente ao quinquênio de 2017/2022, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00008894-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4629/2022-PGJ, DE 15.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 108/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2022.000007012-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4631/2022-PGJ, DE 15.9.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diogo Banzer da Motta, Chefe de Departamento do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação do Quadro do Ministério Público Estadual como gestor do Acordo de Cooperação Técnica nº 1 celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e o Conselho Nacional do Ministério Público (PGA nº 09.2022.00008851-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 4585/2022-PGJ, DE 13.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Rosinei Escobar Xavier, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Almoxarifado nos dias 8, 9 e 12.9.2022, em razão de afastamento da titular, Vivian Severino da Silva Ribeiro.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1089/2022/PJ, DE 19.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Pedro Rafael Martins, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.11.2022 e de 3 a 12.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1090/2022/PJ, DE 19.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-377/2022-PGJ, de 26.4.2022, que concedeu férias à servidora Lais Michels Fonseca, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 16 a 25.11.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 23.2 a 4.3.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1091/2022/PJ, DE 19.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Jair Junqueira da Cunha, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 17.11 a 16.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1092/2022/PGJ, DE 19.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Tarissa Izabelle dos Santos Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.11.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 28.11 a 7.12.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1093/2022/PGJ, DE 19.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Danielle Yukari Kato Colman, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 29.5 a 7.6.2023 e de 11 a 20.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.1 a 1º.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1094/2022/PGJ, DE 19.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1434/2021-PGJ, de 11.11.2021, que concedeu férias à servidora Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 13 a 22.10.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 12 a 21.12.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1095/2022/PGJ, DE 19.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir do dia 13/09/2022, as férias do servidor Patrick Arruda Santana, concedidas por meio da Portaria nº e-561/2022-PGJ, de 25.5.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 1º.03 a 09.03.2023.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1096/2022/PGJ, DE 19.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-548/2022-PGJ, de 25.5.2022, que concedeu férias à servidora Ingrid Vitoria Secco Dameao, de forma que, onde consta: "de 19 a 28.7.2022, de 16 a 25.11.2022 e de 9 a 18.1.2023", passe a constar: "de 19 a 28.7.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.12.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1097/2022/PGJ, DE 19.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Márcio Lopes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.2.2023 e de 26.7 a 4.8.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1098/2022/PGJ, DE 19.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Nazira Quintana Hamer, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.11.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1099/2022/PGJ, DE 19.9.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Gustavo Rocha Lobato, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 30.1 a 18.2.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 21 a 30.11.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE MAIO DE 2022.

7. Processos da Comissão de Regimento e Normas:

7.1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00003649-2.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Assunto: Alteração da Resolução nº 003/2012-CPJ que rege a eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público para acrescentar a possibilidade de uso de sistema de votação eletrônica e alteração do quantitativo de membros na comissão.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio, à unanimidade, aprovou a Alteração da Resolução nº 003/2012-CPJ que rege a eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público para acrescentar a possibilidade de uso de sistema de votação eletrônica e alteração do quantitativo de membros na comissão, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00002081-2.

Requerente: Núcleo do Patrimônio Público e das Fundações, Nupatri, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, Fundações e Eleitoral, CAOPPE.

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Analisar proposta de alteração das Resoluções nºs 15/2007-PGJ, 3/2021-CPJ e 5/2012-CPJ para se harmonizarem às recentes alterações introduzidas na Lei nº 8.429/1992 pela Lei nº 14.230/2021.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, concordou com a manifestação da Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva para que constasse elogio na Ficha Funcional na Corregedoria-Geral do MP, ao Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa pelo trabalho incansável que tem sido feito nessa área difícil para todos os membros, e por todo esforço que tem sido feito nos últimos dois anos tem mostrado reflexo nas Instâncias Superiores. Deliberação: O Colégio, à unanimidade, aprovou a Alteração das Resoluções nºs 15/2007-PGJ, 3/2021-CPJ e 5/2012-CPJ para se harmonizarem às recentes alterações introduzidas na Lei nº 8.429/1992 pela Lei nº 14.230/2021, nos termos do parecer da Comissão de Regimento e Normas.

7.3. Procedimento de Gestão Administrativo nº 09.2022.00004788-9.

Assunto: Elaboração de proposta de projeto de lei para ajustar a Lei Complementar nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul) à Recomendação expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.

Deliberação: O Colégio, à unanimidade, aprovou proposta de projeto de lei para ajustar a Lei Complementar nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul) à Recomendação expedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

8. Assuntos Institucionais:

8.1. Ofício nº 0439/2022/CGMP/MS, de 5.5.2022. O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, encaminha decisão de arquivamento do Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2021.00003471-3, bem como cópia do Parecer nº 077/2022/NAD/COCI/CN e da decisão do Excelentíssimo Senhor Corregedor Nacional do Ministério Público, Conselheiro Oswaldo D'Albuquerque, exarada no Procedimento de Correição Extraordinária nº 1.01082/2021-04, para conhecimento.

Deliberação: O Colégio, à unanimidade, tomou conhecimento do referido Ofício.

8.2. Designação dos membros titulares da Comissão Eleitoral para eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e do Corregedor-Geral Substituto.

Deliberação: O Procurador-Geral de Justiça designou o Dr. Hudson Shiguer Kinashi, como Presidente e ainda os



Drs. Irma Vieira de Santana e Anzoategui, Nilza Gomes da Silva e Evaldo Borges Rodrigues da Costa como membros titulares para comporem a Comissão Eleitoral para eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e do Corregedor-Geral Substituto.

8.3. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda. (PGA 09.2022.00003967-8, 09.2022.00003966-7 e 09.2022.00003964-5).

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade referendou a concessão das diárias constantes dos Processos acima mencionados.

Campo Grande, 2 de setembro de 2022.

ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DE 2022.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00004651-3.

Requerente: Procurador-Geral de Justiça.

Assunto: Alteração da Resolução n.º 001/2018-CPJ, de 24 de julho de 2018.

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Nilza Gomes da Silva, Presidente; Antonio Siuffi Neto, Membro; e Edgar Roberto Lemos de Miranda, Secretário.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a alteração da Resolução nº 001/2018-CPJ, de 24 de julho de 2018, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros.

3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00006298-0.

Assunto: Analisar e regulamentar, através das Resoluções nº 32/2022-PGJ, nº 33/2022-PGJ nº 34/2022-PGJ nº 35/2022-PGJ, matérias disciplinadas pela Lei Complementar nº 297, de 27 de junho de 2022.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou as Resoluções nº 32/2022-PGJ, nº 33/2022-PGJ nº 34/2022-PGJ nº 35/2022-PGJ.

Campo Grande, 2 de setembro de 2022.

Ariadne de Fátima Cantú da Silva
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 64/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência dos **recursos** nas seguintes **Notícias de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2022.00001728-4 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara - Recorrente: Tiago dos Reis Magoga - Recorrido: Ministério Público Estadual - Assunto: Apurar eventual irregularidade nos contratos 239/2021 e 240/2021 do processo administrativo 194/2021.

2) Notícia de Fato nº 01.2022.00006498-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado - Recorrente: Ana Luzia de A. B. M. Abrão - Recorrido: Ministério Público Estadual - Assunto: Apurar possível dano ambiental supostamente ocorrido em Área de Preservação Permanente, dentro da RPPN Ernesto Vargas Baptista.

Campo Grande, 19 de setembro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE004327 DE 16.09.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00009014-2**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Claudemir Aires Vicente.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 29/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 25/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de água mineral, para atender às sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, localizadas nesta Capital.

Valor: R\$ 2.562,30 (dois mil quinhentos e sessenta e dois reais e trinta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE004327 de 16.09.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000499 DE 15.09.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00006930-6**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Seprol - Comércio e Consultoria em Informática LTDA.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 019/2022 do Pregão Eletrônico sob o nº 004/2022 - Código Identificador no Licitações-E: 927376, do Processo Administrativo PGA nº 09.2021.00009668-7, do Ministério Público do Estado do Ceará.

Objeto: Fornecimento, pela Contratada, de *switches* LAN e componentes acessórios, serviço de instalação, suporte técnico on-site e garantia estendida de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, para expansão dos equipamentos de rede do MPMS.

Valor: R\$ 257.340,00 (duzentos e cinquenta e sete mil trezentos e quarenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000499, datada de 15.09.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/1993.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000500 DE 15.09.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00006930-6

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Seprol - Comércio e Consultoria em Informática LTDA.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 019/2022 do Pregão Eletrônico sob o nº 004/2022 - Código Identificador no Licitações-E: 927376, do Processo Administrativo PGA nº 09.2021.00009668-7, do Ministério Público do Estado do Ceará.

Objeto: Fornecimento, pela Contratada, de *switches* LAN e componentes acessórios, serviço de instalação, suporte técnico on-site e garantia estendida de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, para expansão dos equipamentos de rede do MPMS.

Valor: R\$ 7.857,00 (sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000500, datada de 15.09.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/1993.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 084/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00004867-7

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- A2GB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, representada por **André Luiz Pereira Alves**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alínea “b” e §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Supressão de valor, no importe de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) referente à exclusão do item 19 - *Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V (...)*.

Valor contratual total: R\$ 4.650,00 (quatro mil e seiscentos e cinquenta reais).

Vigência: 19.09.2022 a 03.06.2023.

Data de assinatura: 19 de setembro de 2022.



EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0002/2022/01PJ/CBA

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Excelentíssima Dra. Viviane Zuffo Vargas Amaro, Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 02/2022, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

15/09/2022

VIVIANE ZUFFO VARGAS AMARO,
Promotora de Justiça.
1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS

Lista de Eliminação de Documentos nº 02/2022

PROVENIÊNCIA – 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS		PROCEDÊNCIA – 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS	
Órgão / Setor: 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS		Órgão / Setor : 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá/MS	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe/Subclasse – 000/060 (Documentos referentes ao controle de entrada e de saída de processos)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2005	2007
Classe/Subclasse – 000/060 (Documentos referentes ao controle de entrada e de saída de processos)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2010	2011
Classe/Subclasse – 200/- (Comunicações de flagrante)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2012	2015
Classe/Subclasse – 200/- (Petições iniciais)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2015	2015
Classe/Subclasse – 200/- (Manifestações diversas em processos judiciais)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2005	2006
Classe/Subclasse – 200/- (Manifestações diversas em processos judiciais)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2010	2011
Classe/Subclasse – 200/- (Manifestações diversas em processos judiciais)	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2012	2013
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Priscilla Nóbrega Coelho – Técnica II (matrícula 801149-4) 15/09/2022			



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

MIRANDA

RECOMENDAÇÃO N.º 04/2022

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda/MS, representado pela Promotora de Justiça subscritora, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007¹:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o *“Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”*²;

CONSIDERANDO que a recomendação *“constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”*³, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade significa que *“a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento”*⁴; enquanto o princípio da moralidade *“extrai-se do conjunto de regras de conduta que regulam o agir da Administração Pública; tira-se da boa e útil disciplina interna da Administração Pública (...)”*⁵, os quais são vilipendiados ao se permitir a contratação temporária, sem amparo legal, de forma banalizada e sucessiva, tornando-a flagrantemente ilegal;

CONSIDERANDO que o art. 37, II, da Carta Maior da República e o art. 27, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul preveem obrigatoriamente que a investidura em cargo ou emprego público ocorre por meio de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO a iminência da realização de Concurso Público Municipal de Provas e Títulos para provimento de cargos pertencentes ao quadro efetivo de pessoal da Prefeitura Municipal de Miranda/MS, consoante Decreto nº 3061, de 12 de maio de 2022 e Edital nº 001/2022;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, por meio da Súmula Vinculante n. 13, estabelece que:

¹ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

² MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

³ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

⁴ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014, p.68

⁵ GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 64



“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”;

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul, no parágrafo 7º, do artigo 27, regra:

§7º No âmbito de cada Poder do Estado bem como do Ministério Público Estadual, o cônjuge, o companheiro e o parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, de membros ou titulares de Poder e de dirigentes superiores de órgãos ou entidades da administração direta, indireta ou fundacional, não poderão, a qualquer título, ocupar cargo em comissão ou função gratificada, esteja ou não o cargo ou a função relacionada a superior hierárquico que mantenha referida vinculação de parentesco ou afinidade, salvo se integrante do respectivo quadro de pessoal em virtude de concurso público de provas ou de provas e títulos”.

CONSIDERANDO que restou apurado no Procedimento Preparatório 06.2022.00000238-0, que Fernanda Duarte Medeiros, contratada temporariamente como Assistente Administrativo, lotada no Polo Professora Maroli Vicente Júlio, é filha de Neusa Lopes Duarte Medeiros, Coordenadora do Polo Professora Maroli Vicente Júlio;

CONSIDERANDO que, consoante entendimento da Corte Suprema⁶, a hipótese acima referida amolda-se na vedação da Súmula Vinculante n. 13, eis que se verificou que as servidoras possuem grau de parentesco entre si, tratando-se de mãe e filha, bem como que os cargos ocupados pelas referidas apresentam relação direta de subordinação;

RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Miranda/MS, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, para:

I - Regularizar a questão, cessando-se no prazo máximo de 10 (dez) dias (período suficiente para evitar eventuais prejuízos decorrentes da exoneração) a ilegalidade constatada, com a exoneração da contratada Fernanda Duarte Medeiros;

II - Informar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, se cumpriu a recomendação e, em caso afirmativo, discriminar todas as medidas adotadas, apresentando desde logo os documentos (termo de rescisão/ato de exoneração);

III - O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela;

IV - Encaminhe-se, com remessa para a publicação cabível, o teor deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Miranda/MS;

V - Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Presidente da Câmara Municipal de Miranda/MS, para conhecimento e medidas cabíveis, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo;

VI - Encaminhe-se cópia da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público;

VII - Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste procedimento e retorne conclusivo.

Miranda/MS, 19 de setembro de 2022.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA
Promotora de Justiça

⁶ EMENTA MANDADO DE SEGURANÇA – INDEFERIMENTO DE NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO – PESSOA QUE POSSUI VÍNCULO MATRIMONIAL COM SERVIDORA PURAMENTE COMISSIONADA DO QUADRO DO PODER JUDICIÁRIO – NEPOTISMO – NÃO CARACTERIZAÇÃO – CARGOS SEM VINCULAÇÃO HIERÁRQUICA OU GRAU DE SUBORDINAÇÃO – EXCEÇÃO À SÚMULA VINCULANTE Nº 13 – INAPLICABILIDADE AO CASO CONCRETO – PRECEDENTES DO STF – SEGURANÇA CONCEDIDA. Para a caracterização de nepotismo, a enquadrar-se nas vedações da Resolução nº 07/2005 do CNJ e da Súmula Vinculante n. 13 do Supremo Tribunal Federal, exige-se o vínculo de subordinação hierárquica entre a pessoa nomeada e aquele magistrado ou servidor que determinou a incompatibilidade, ou a influência direta ou indireta do parente na indicação para o cargo. (...) Ao se editar a Súmula Vinculante nº 13, embora não se tenha pretendido esgotar todas as possibilidades de configuração de nepotismo na Administração Pública, erigiram-se critérios objetivos de conformação, a saber: i) ajuste mediante designações recíprocas, quando inexistente a relação de parentesco entre a autoridade nomeante e o ocupante do cargo de provimento em comissão ou função comissionada; ii) relação de parentesco entre a pessoa nomeada e a autoridade nomeante; iii) relação de parentesco entre a pessoa nomeada e o ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento a quem estiver subordinada e iv) relação de parentesco entre a pessoa nomeada e a autoridade que exerce ascendência hierárquica ou funcional sobre a autoridade nomeante. (...). (STF – RE 807383 AgR, Relator (a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 30/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-176 DIVULG 09-08-2017 PUBLIC 10-08-2017). (TJ-MT - TRIBUNAL PLENO CÍVEL: 10071301720188110000 MT, Relator: HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, Data de Julgamento: 24/01/2019, TRIBUNAL PLENO, Data de Publicação: 05/02/2019). Gn.



PARANAÍBA

EDITAL N° 0022/2022/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2022.00007845-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Celso de Freitas Oliveira

Assunto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00001269-2, celebrado entre o Ministério Público e os requeridos.

Paranaíba - MS, 02 de setembro de 2022.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça